

Despacho n.º 11990/2018

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, na sua redação atual, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 20 de novembro de 2018, designo para o cargo de Diretor da Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Procurador da República, Licenciado **Jorge Paulo Quinta Leitão**, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada para o exercício do cargo, como se evidência na nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 21 de novembro de 2018.

3 de dezembro de 2018. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome: Jorge Paulo Quinta Leitão
Naturalidade: Concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra
Data de Nascimento: 2 de abril de 1964
Habilitações académicas: Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — 1982/1987
Atividade profissional:

Ingresso na Magistratura do Ministério Público — setembro de 1989
Categoria Profissional Atual — Procurador da República, desde setembro de 2010

Local onde presta serviço — DIAP distrital de Coimbra — Coordenador da 1.ª secção (crimes da competência reservada da PJ) e da 3.ª secção (secção distrital, com competência para a direção dos inquéritos de todo o distrito judicial de Coimbra, especializada na criminalidade económico-financeira e em crimes cometidos no exercício de funções públicas), funções de chefia que passou a desempenhar desde 1.9.2014 (sendo que da 3.ª secção apenas passou a exercer essas funções de coordenação desde 1.9.2016, em acumulação com a 1.ª). Coordenador das secções locais da Figueira da Foz, Cantanhede e Montemor-o-Velho. Representação do MP no JIC de Coimbra, ao serviço urgente (interrogatórios judiciais de arguidos detidos).

Cargos anteriores:

Procurador-Adjunto no DIAP do Porto (1992/1995), na comarca de Pombal (1995/1996), na comarca da Figueira da Foz (1996/2000), no DIAP de Coimbra (2000-2010);

Procurador da República no DIAP de Coimbra — setembro de 2010 à atualidade.

Formação Profissional:

Tem participado, de modo sistemático, em ações de formação, como formando, designadamente em ações promovidas pelo CEJ em diversas temáticas, com especial incidência na área criminal, mormente referentes à criminalidade económico-financeira; pela Procuradoria-Geral da República, nomeadamente cursos de especialização no âmbito do Projeto ETHOS, que versaram sobre criminalidade económico-financeira; UNODC Anti-Human Trafficking “Train-the-Trainer” session for Criminal Justice Practitioners — Viena — Áustria; Seminário de Encerramento do Projeto Fénix — Lisboa.

Outros elementos:

Tem participado, reiteradamente, como formador, em diversas ações, designadamente:

A Investigação Criminal nos crimes de natureza fiscal económico-financeira — Lisboa — 25.3.2009;

A Investigação Criminal nos crimes de natureza fiscal económico-financeira — Coimbra — 2.12.2010;

A Recuperação de Ativos — PGD Lisboa — 28.2.2011;

Aspetos da Investigação da Criminalidade Económico-Financeira — Lisboa — 8.7.2011;

Perda de Bens e Criminalidade Económico-Financeira — Porto — 11.11.2011;

Curso de Formação de Formadores em Tráfico de Seres Humanos — CPLP — Lisboa — 17.9.2012;

Ação de sensibilização para magistrados do MP sobre tráfico de pessoas — PGR — 24.9.2012;

Gravação de curso de e-Learning relativo a recuperação de ativos — CEJ — Lisboa — 2013 e 2014;

Deteção do Crime à Decisão Judicial — Tráfico de seres humanos — CEJ — Lisboa — 6.6.2013;

Recuperação dos produtos do crime — CEJ — Lisboa — 20.6.2013;

Ação de Formação de Formadores sobre o combate ao tráfico de seres humanos para profissionais do sistema de justiça penal — São Tomé e Príncipe — 16 a 20 de março de 2015;

Perda ampliada de bens e recuperação de ativos — CEJ — Lisboa — 7.4.2017;

Curso sobre Prevenção, Identificação e Combate ao Tráfico de Seres Humanos — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa — “Estatuto legal, proteção geral e especial, indemnização e outros direitos da vítima de tráfico de seres humanos” — 19.5.2017;

Curso de Especialização e Workshop — Projeto ETHOS — Recuperação de Ativos — 28 a 30 de maio de 2018 — Porto (dinamizador);

Desde 2013 e até à atualidade que tem participado como formador, no Centro de Formação da GNR da Figueira da Foz, várias vezes por ano, em ações de sensibilização para a temática do tráfico de seres humanos, tendo por destinatários formandos da GNR.

Integrou ainda o grupo presidido pelo OTSH responsável pela revisão e publicação em Portugal do “Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal — Módulos reservados” da UNODC.

311875349

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**Aviso n.º 18639/2018**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final do candidato aprovado no decurso do método de seleção, relativa ao procedimento concursal comum de regularização extraordinária de vínculos precários (Referência 180/P-TS/2018), para ocupação de um (1) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), com código de oferta n.º OE201808/0590, foi homologada por meu despacho de 29 de novembro de 2018, encontrando-se afixada em local visível nas instalações da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, sitas na Avenida da Liberdade, n.º 9, 2.º andar, em Lisboa e disponibilizada na página eletrónica em www.dgsp.mj.pt conforme previsto nos números 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

29 de novembro de 2018. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

311874133

Aviso n.º 18640/2018**Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para admissão ao curso de formação inicial destinado ao ingresso na categoria de guarda da carreira de guarda prisional da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Referência 207/G/2018.**

1 — Nos termos da alínea b) do artigo 2.º e do n.º 3 do artigo 37.º da Portaria n.º 299/2018, de 29 de novembro, adiante designada por Portaria, faz-se público que, por despacho de 3 de dezembro de 2018, do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, está aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal para a constituição de reserva de recrutamento para o preenchimento das vagas (M/F) para admissão ao Curso de Formação Inicial para a carreira de Guarda Prisional (CFICGP), que vierem a ser definidas por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, conforme preceituado nos n.ºs 6 e 7 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2 — O procedimento concursal é válido para a ocupação do número de vagas que vierem a ser definidas nos termos do n.º 1 do presente aviso. No caso de o número de candidatos aprovados ser superior ao número de vagas fixado, será mantida uma reserva de recrutamento, contendo os candidatos aprovados excedentários, nos termos da Portaria, que pode ser utilizada se não tiverem decorrido mais de 18 meses, contados da data da homologação da lista de ordenação final.

3 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da DGRSP em <https://dgrsp.justica.gov.pt> — Con-